

Nova classe média ou nova composição de classe?

New middle class or new social composition of labour?

Giuseppe Cocco – UFRJ

RESUMO

A grande novidade da última década no Brasil e dos governos Lula e Dilma, não é a retomada do crescimento, mas a transformação da composição social. Pela primeira vez, o crescimento do PIB é acompanhado por um movimento de redução da desigualdade e a conseqüente mobilidade social vertical de milhões de brasileiros. Esse movimento foi inicialmente apresentado como a pujança da faixa de rendimento intermediária, a “classe C” e hoje se tornou o discurso da “nova classe média”. Nesse artigo ensaiamos uma reconstituição desse debate e das diferentes posições e abordagens desenvolvidas.

Palavras-chave: Trabalho imaterial. Capitalismo cognitivo. Classe média. Desigualdade social.

ABSTRACT

This article discusses the transformations of social compositions in Brazil in the last two decades. It deals with three approaches: the mainstream approaches that take advantage of the emergence of a new middle class from statistics on distribution of income per family and per person; those approaches which on the contrary give preference to the type of insertion in labor relations and speak about the new ‘working poor’, and finally the cultural approaches that deny these two earlier approaches, and speak about a class of “battling Brazilians”. The intention of this article is to take on a different approach, that at the same time integrates these three, with the perspective of the formation of a new type of work, both immaterial and metropolitan.

Keywords: Immaterial labor. Cognitive capitalism. Middle class. Social inequality.

O ESGOTAMENTO DOS INTERSTÍCIOS REFORMISTAS DOS “NOVOS GOVERNOS”

Dize-se que, às vezes, é melhor problematizar a partir das conclusões. As conclusões que colocamos aqui logo de entrada são, em primeiro lugar, que o “comum” é hoje uma condição prévia¹ e, em segundo lugar, que o desafio para manter aberta e constituinte a dinâmica do comum implica na construção de um novo ponto de vista de classe. Por um lado, o comum não é mais um horizonte a ser conquistado por meio de uma transição (socialista). Pelo outro, a construção de um ponto de vista de classe constitui o verdadeiro enigma para que essa nova dimensão do comum se transforme num efetivo terreno constituinte.

¹ Retomamos aqui Revel e Negri (2011).

Fica claro que essas “conclusões” que aqui antecipamos e das quais pretendemos começar não são e nem pretendem ser “soluções”. O filósofo Gilles Deleuze dizia que nossa maneira de pensar, em geral, fica como que refém de um preconceito infantil que nos faz acreditar que os problemas são dados já feitos e que eles desaparecem nas respostas ou nas soluções². “É porque todo o mundo pensa naturalmente que todo o mundo é suposto saber implicitamente o que ele quer pensar (que) a forma geral da representação constitui o elemento de um senso comum como natureza *droite* e boa vontade” (DELEUZE, 2005). Essa imagem do pensamento é aquela que compõe uma dogmática ou ortodoxia, ou seja, uma moral abstrata. Assim, o pensamento se torna um anexo das campanhas eleitorais, o lugar para propor “soluções” para problemas definidos a priori. Sabemos que esse método, que nem as campanhas eleitorais ou as denúncias pseudo-radicais, é o que tem a forma da representação e o discurso do representante: “todo o mundo sabe, ninguém pode negar” (DELEUZE, 2005, p. 170)³. Diante disso, diz Deleuze (2005, p. 173), o que precisamos é um pensamento sem pressupostos: “ao invés de se apoiar sobre a Imagem moral do pensamento, ele toma seu ponto de partida em uma **crítica radical da Imagem e dos postulados que ela implica**”. Pensar significa quebrar esse pensamento “natural”, dizer que nem todo o mundo se deixa representar ou quer representar o que for que seja. Pensar significa o esforço de singularizar, de alcançar o intempestivo, de colocar questões enquanto “atos que abrem o horizonte do sentido!” (MENDES, 2012).

A partir dessas afirmações iniciais, diremos que, hoje, a crítica das relações de dominação na América do Sul enfrenta o desafio da apreensão da nova composição do trabalho ou, dito de outro modo, da nova composição de classe. Trata-se de saber se no capitalismo contemporâneo ainda faz sentido falar de “classes” e, se for o caso, como funciona hoje uma perspectiva de classe, de luta de classes.

Querer pautar o debate numa perspectiva de classe parece “datado” e até saudosista. Os 30 anos de hegemonia neoliberal, o desmoronamento do socialismo real e o constante enfraquecimento de todas as organizações operárias (desaparecimento dos partidos comunistas, queda das taxas de sindicalização e perda de combatividade dos sindicatos oriundos do chão de fábrica) tornaram obsoleta e/ou residual a noção de “classe trabalhadora” assim como ela era usada na literatura socialista e comunista em geral. Ao mesmo tempo, nunca se falou tanto de “classes” no Brasil (e na América do Sul) como durante a primeira década do novo século e as experiências dos “novos” governos. Só que a classe da qual se fala tem o nome de um nível de rendimento (a classe “C”) ou de uma categoria estatística e “moral” (a “nova classe média”).

A noção de “classe” está no cerne dos embates contemporâneos, mas não sabemos mais como apreender seus contornos e funcionamentos. Qual seria essa nova composição das classes, suas lutas e seus comportamentos? Um ponto de vista de classe é hoje ainda possível?

² O recurso a essa abordagem de Deleuze está em Mendes (2012).

³ Trata-se de uma “forma implícita ou subjetiva de pensamento natural, que permite à filosofia de se dar o ar de começar, e de começar sem pressupostos”. Diante desse “todo o mundo sabe” acontece a contestação, a afirmação de que “há alguém [...] que não consegue saber o que todo o mundo sabe e que nega modestamente o que todo o mundo é suposto saber” (DELEUZE, 2005, p. 171). Trata-se de alguém que não se deixa representar e não quer representar.

Mais ainda, é possível dizer que existe hoje uma composição do trabalho da qual derivaria uma determinada relação entre, por um lado, a divisão social e técnica do trabalho e, por outro lado, a estratificação da sociedade em classes? Ou seja, ainda podemos dizer que é o tipo de inserção nas relações de produção (nesse sentido de trabalho) que define a estrutura das classes e podemos assim continuar a falar de classes trabalhadoras? E se a análise da inserção nas relações de produção não procede, será que isso significa que precisamos de novos critérios ou que nossa afirmação inicial nos leva diretamente para um impasse?

Cada uma dessas perguntas e o conjunto delas reforçam, a nosso ver, a necessidade de uma reflexão em termos de “classe”. Reflexão que pretendemos desdobrar em uma série de afirmações complementares:

(a) O conflito de classe no capitalismo contemporâneo em geral e no subcontinente americano em particular, pode ser definido como uma **luta biopolítica** que opõe o devir-sul da multidão (que chamaremos o “monstro”) ao capital global que “brasilianiza” e **se** brasilianiza⁴. A figura dessa luta biopolítica é aquela que é hoje travada em torno do debate sobre a emergência de uma “nova classe média”.

(b) O devir-sul da multidão tem como figura central da sua composição os **pobres**. Esta centralidade dos pobres é ambivalente: por um lado, ela é a determinação das novas relações de produção que incluem os pobres enquanto tais; pelo outro ela é o resultado constitutivo (embora não planejado) das políticas dos governos “novos” na primeira década do novo século. A figura dessa ambivalência é aquela que diz respeito o aprofundamento dos processos de fragmentação do “mundo do trabalho” e a afirmação de políticas de distribuição de renda que associam sua derivação neoliberal com algumas brechas inovadoras (ligadas fundamentalmente a sua massificação).

(c) Esta fase constitutiva da centralidade ambivalente dos pobres se **esgotou** e os impactos paradoxais da crise do capitalismo global indicam um conflito que atravessa os “novos governos” da América do Sul exatamente no terreno que os determinou (a pobreza): as políticas intersticiais que indicavam (sem querer) uma “política dos pobres”. O esgotamento dos interstícios inovadores dos “novos governos” diz respeito exatamente, por um lado, a incapacidade das forças políticas (partidos e sindicatos) que os sustentam de apreender a nova composição de classe e, pelo outro, ao fato que os aparelhos desses mesmos partidos e sindicatos perderam suas referências tradicionais e estão sendo totalmente homologados (e cooptados) dentro de um pragmatismo extenuado cuja lógica passa a ser, por um lado, a sua reprodução burocrática e, pelo outro, a sua adesão consensual à ilusão que a crise do capitalismo global re-abriria o espaço para a volta de um modelo de desenvolvimento racional.

Retomemos quanto acabamos de apresentar: a luta que atravessa o capitalismo contemporâneo é biopolítica exatamente na medida em que a produção investiu a vida como um todo: a vida como fenômeno geral, ou seja, meio ambiente e população (FOUCAULT, 2004). A figura produtiva dessa vida subsumida na produção biopolítica é a figura do pobre: o pobre trabalhador mobilizado nas periferias do mundo e o trabalhador pauperizado nos

⁴ Desenvolvemos os temas da “brasilianização do mundo” em *Mundobraz: o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil* (COCCO, 2009).

centros do mundo. Os novos governos do subcontinente americano, por ter articulado algumas tímidas políticas sociais voltadas aos pobres, acabaram encontrando um apoio popular inesperado e potente, algo que se traduziu em verdadeiros terremotos eleitorais e em um ciclo político inovador. Mais do que isso, as políticas sociais de distribuição de renda e aquelas de formalização do trabalho e valorização do salário mínimo acabaram por requalificar – no terreno macroeconômico e sociológico – o papel de locomotiva que desempenhou a produção e exportação de commodities (agrícolas e minerais) nessa primeira década do novo século. Essa “popularidade” de tipo novo desestabilizou ao mesmo tempo os regimes discursivos e as próprias bases sociais das elites (fossem elas as oposições políticas ou os poderosíssimos lobbies da imprensa) e as bases políticas (partidárias) e sociais dos próprios governos (SINGER, 2009)⁵.

Mesmo devendo a esse terremoto a re-eleição de Lula (em 2006) e a eleição de sua Ministra da Casa Civil (em 2010) como sua sucessora, as forças de governo estão longe de entender quais foram esses mecanismos e muitas vezes parecem lamentar a perda das suas originárias bases sociais ou até querer voltar a restaurar elementos tradicionais de seus antigos projetos políticos (em geral voltados ao “desenvolvimentismo” nacional). E isso, independentemente do fato que o “consenso” proporcionado por essa popularidade seja aproveitado rumo a um pragmatismo extenuado, vazio de qualquer elemento de projeto e de transformação social e num marco de total indigência teórica dos partidos dos quais são oriundos. Não por caso, na maioria dos casos, o regime discursivo e as formas de gestão das políticas sociais é de cunho neoliberal ao passo que a crise do capitalismo global proporciona – no que diz respeito as políticas econômicas – o retorno anacrônico de uma perspectiva neo-desenvolvimentista ou vagamente keynesiana (FIORI, 2012).

O fato novo, novíssimo e inesperado, é mesmo esse: os pequenos interstícios de política social tiveram efeitos muito maiores do que o “tamanho” dos interstícios que os governos progressistas souberam proporcionar. Não estamos fazendo nenhuma avaliação otimista nem desses governos nem dessas políticas: seus efeitos estão dramaticamente aquém do da “dívida social” ou do que poderíamos definir como “necessário” para que hajam transformações materiais de nível estrutural. Dito de outra maneira, o que é formidável (e nesse sentido positivamente reformista) não são as políticas realizadas, mas seus efeitos multiplicadores. Algo que encontramos em todos os níveis: social, econômico, cultural, político. Acontece que, no momento que demandaria sua consolidação, seja pelos necessários aprofundamentos (por exemplo, da distribuição de renda rumo a uma “renda mínima universal”), seja pela crise do capitalismo global, os interstícios se fecham e o pragmatismo dos “novos governos” se torna tão vazio quanto é totalizador seu horizonte neo-desenvolvimentista, algo que reverbera na retórica reacionária do “choque de gestão”.

O fato novo – os interstícios potentes – acabou-se: voltamos à uma prosaica rotina. Isso não significa que os “novos governos” entrem em crise, pelo contrário. Eles dispõem em geral de um grande consenso eleitoral ao passo que as oposições institucionais desmoronaram por um duplo movimento implacável: por um lado, a identificação que os pobres fazem entre os

⁵ A análise de André Singer chama de “lulismo”: um tipo de “bonapartismo” sustentado pela “base subproletária” que “não consegue construir desde baixo as suas próprias formas de organização”.

novos governos e as políticas sociais (tímidas mais reais, como dissemos); pelo outro, o fato que os governos “novos” ocuparam (e cada vez mais ocupam) o terreno centrista e até conservador de uma oposição que atingiu e ultrapassou o “prazo de validade”. Mas, se a “direita” tradicional está vencida, o consenso tem efeitos irônicos: não se trata apenas da “direitização” por excesso de “consenso” do maior partido de esquerda, mas também do fato que as maiores derrotas parlamentares (ou em termos de coalizões eleitorais) lhe são infligidas pelos partidos de sua “base aliada”, como no caso do “código florestal”).

A CENTRALIDADE DOS POBRES: ENTRE O DEVIR-SUL DA MULTIDÃO E A HOMOLOGAÇÃO COMO “NOVA CLASSE MÉDIA”

Os interstícios acabaram, mas a centralidade dos pobres continua incontornável. Só que essa centralidade aparece agora como o terreno do novo conflito, um conflito que – na melhor das hipóteses – atravessa os novos governos e, cada vez mais, acontece contra os governos. Dito de outro modo, a centralidade dos pobres se articula hoje na clivagem irreduzível entre o êxodo constituinte e a normalização desenvolvimentista: nos dois casos, trata-se do que os “pobres” vão se tornar: o sujeito múltiplo da transformação ou as figuras homologadas nos valores de nova classe média, neoconservadora.

Por um lado, temos os agenciamentos de um êxodo constituinte, a luta biopolítica da multidão dos pobres. Na Bolívia, os índios do Território Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure (TIPNIS) lutam contra a lógica autoritária do desenvolvimentismo ao mesmo tempo que os favelados do híbrido urbano-rural de El Alto em La Paz se revoltaram contra a lógica tecnocrática da gestão dos preços. No Brasil, dezenas de milhares de operários das megabarragens fazem greves e até se revoltam contra as condições de trabalho de Jirau ou Belo Monte, contestam e explicitam a lógica de exploração do desenvolvimentismo. Os favelados de Pinheirinho em São Paulo resistem contra a lógica imoral do “interesse particular” (a propriedade privada, aliás de um reconhecido fraudador das Leis e do fisco) e das favelas do Rio que lutam contra o discurso do “interesse geral” (os megaeventos planejados pelos poderes públicos transformados em interesse “superior”) para defender sua capacidade de produzir em comum seus espaços e formas de vida.

Por outro lado, temos a homologação dos pobres (inicialmente) como “classe C” e agora como “nova classe média”: uma nova composição social pronta a ser expropriada duas vezes: no terreno do trabalho e naquele da representação. Uma “nova classe média” pronta a fazer da servidão uma opção voluntária. Hoje, a “nova classe média” da América do Sul e do Brasil em particular constitui uma nova jazida de acumulação, como que um novo eldorado para uma dupla acumulação primitiva: aquela típica do subdesenvolvimento e aquela “inovadora” do capitalismo cognitivo: velha e nova escravidão!

A linha de conflito que acabamos de apreender pode ser desenhada no espaço e no tempo de maneira radicalmente diferente do que as tradições teóricas e políticas (do imperialismo, do subdesenvolvimento e da dependência) nos tinham acostumado a fazer. Não se trata mais de um antagonismo que separa (organizando sua subalternidade) o centro da periferia, o desenvolvimento do subdesenvolvimento, os colonizadores dos colonizados.

Trata-se de um antagonismo interno, sem fora, que acontece ao mesmo tempo no centro e na periferia, misturando o desenvolvimento com o subdesenvolvimento, em todas as direções.

Por um lado, o devir-Sul da multidão desenha uma linha de fuga constituinte que ser articula entre autovalorização e autonomia. Aqui o “sul” é o terreno do devir-pobre da multidão, ou seja de um devir-sul do mundo que é necessariamente um devir-mundo do sul. Do outro lado, o Sul é a realidade e o horizonte angustiantes da brasilianização das classes médias do norte cuja precarização e pauperização está sendo tremendamente aprofundada e generalizada pela crise do capitalismo global. As massas dos pobres sul-americanos são a figura monstruosa, híbrida e ambivalente desse entrecruzamento biopolítico.

A EMERGÊNCIA DE UMA “NOVA CLASSE”?

Na primeira década do novo século e em particular ao longo dos dois governos do Presidente Lula o Brasil teve taxas de crescimento de seu PIB bastante “moderadas” – em comparação com os outros BRICs – mas **regulares**. Entre 2003, ano no qual acabou a recessão mundial (consequência da crise asiática de 1997), e 2009 o PIB por habitante cresceu numa média de quase 3%. Em 2010, o PIB cresceu 8% se comparado ao primeiro trimestre de 2009, e 10,8% com relação ao último trimestre de 2009. O crescimento moderado foi, porém o contexto de mudanças estruturais que amplificaram de maneira qualitativa os efeitos do crescimento e o retroalimentaram. Essas mudanças estruturais indicam que o crescimento foi aproveitado para mudanças qualitativas mais do que proporcionais ao incremento quantitativo da “riqueza” produzida.

Contudo, essas transformações estruturais são objeto de interpretações diferenciadas que são, nas palavras de Pochmann (2012, p. 11), “expressões da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais”. A nosso ver, se trata de uma disputa teórica e política que não diz apenas respeito as políticas públicas atuais, mas ao horizonte das lutas sociais e políticas das próximas décadas.

Podemos esquematizar as diferentes abordagens dessas transformações em três grandes grupos. Um primeiro grupo, dotado de um dispositivo analítico e discursivo hegemônico, é constituído pelos trabalhos estatísticos que privilegiam a estratificação social atrelada aos níveis de rendimento e consumo. Esses trabalhos têm ocupado e ocupam uma posição hegemônica nas pesquisas e análises de dados das transformações recentes da estrutura social brasileira bem como na orientação das políticas sociais do governo (em seus diferentes níveis). Eles encontram amplo apoio no regime discursivo adotado pela mídia, mas também pelos marqueteiros eleitorais. Os trabalhos desse grupo se concentraram inicialmente na análise da emergência da “classe C” que agora passou a ser chamada de “nova classe média”. Um segundo grupo, muito mais disperso e heterogêneo quanto ao referencial teórico e ao tipo de pesquisas realizadas, privilegia uma abordagem mais próxima do marxismo e visa apreender as estruturas sociais do ponto de vista das relações de produção. A classe da qual esses autores tentam falar é a dos “trabalhadores”. Um terceiro grupo de pesquisas empíricas e reflexões teóricas se diferencia das duas primeiras abordagens por afirmar a insuficiência, ao mesmo tempo, das análises em termos de níveis de rendimento e daquelas em termos de inserção nas relações de produção. Nesse terceiro grupo, o foco visa as dimensões culturais e simbólicas das clivagens de classe.

A Nova Classe Média

A abordagem em termos de classe “C” e agora de “Nova Classe Média” constitui como que a “pauta” do debate, pelo volume dos trabalhos estatísticos realizados e pelo impacto de sua linha interpretativa⁶. Não se trata apenas de uma linha de estudo e de transformação brasileira, mas de algo que diz respeito as dinâmicas globais⁷.

Seguindo as imagens sugeridas pelo economista de referência – Marcelo Neri, da FGV – temos imediatamente uma visão impressionista adequada da mudança que aconteceu e continua em andamento. No Brasil, desde 2001, a desigualdade em termos de renda diminuiu regularmente. A renda *per capita* do 10% mais rico da população aumentou em média de 1,49% ao passo que a dos mais pobres tem aumentado 6,79%. Isso num movimento oposto ao que caracterizou os outros Brics: neles, a desigualdade é originariamente inferior à do Brasil, mas ela aumentou ao invés de diminuir. Em consequência, a pobreza diminuiu constantemente desde 2003. “Estimamos que, entre 1993 e 2011, 59,8 milhões de brasileiros (o equivalente a uma França) chegaram à condição de nova classe média” escreve Neri (2012, p. 257). Mas a mobilidade chegou mesmo a ritmos consistentes no período 2003 – 2011, quando 40 milhões de brasileiro entraram para a classe média. A classe média passou assim de 65,9 a 105,5 milhões de pessoas, ou seja, um aumento de 60%. Segundo as previsões, até 2014, mais 12 milhões migrarão para a classe “C” e 7,7 milhões irão para as classes “B” e “A”. Com exceção do Nordeste, as classes A, B e C serão a realidade de 75% da população. “A nova classe média brasileira é filha da combinação do crescimento com a equidade, que difere de nossa história progressiva e daquilo que ocorre nas últimas décadas em países emergentes e desenvolvidos onde a concentração de renda sobe” (NERI, 2012, p. 14). Os 20% mais pobres crescem mais dos outros países e a desigualdade vem caindo consistentemente, ano após ano. O índice de Gini caiu de 0,596 em 2003 para 0,51 em 2011 atingindo a menor série histórica. Quando se analisa a transformação geral por critérios de região, cor, gênero e educação podemos ver que a mudança foi ainda mais profunda: no mesmo período (2003-2010) a renda dos paulistas aumentou de 7%, aquela dos nordestinos de 42%, ou seja 6 vezes mais. A renda dos negros aumentou 42% e aquela dos brancos 21%; a renda no campo aumentou 49%, na cidade, 21%; a renda das mulheres cresceu 38%, a dos homens 47%. Enfim, encontramos o indicador do fato que passamos mesmo por uma política dos “pobres” na evolução da renda dos analfabetos (+47%) diante da evolução da renda dos universitários (+16%). As transformações foram particularmente rápidas no período de 2003-2008 até o ponto que Neri (2012) a define como uma “pequena grande década”. Uma dinâmica que a crise global (de 2007-08) abalou sem travar: “a crise não foi nem marolinha, nem tsunami, mas ressaca tão forte quanto passageira. [...] O efeito (da crise de 1997) persistiu cinco anos [...] e o da crise recente começou a ser revertido um mês depois” (NERI, 2012, p. 20).

⁶ Apresentando um dos seus numerosos relatórios de pesquisa, Neri (2010) escreve: “A presente pesquisa analisa a evolução das classes econômicas brasileiras leia-se A, B, D, E e por último a mais importante a C que batizamos em pesquisa anterior de nova classe média brasileira”. A Nova Classe Média; o lado brilhante dos pobres, FGV, Centro de Políticas Sociais, 2010. Citamos, apenas a título de exemplo, a capa da “Revista da Tv”, suplemento dominical do jornal *O Globo* de 20 de maio de 2012: “Toda poderosa: em ascensão econômica, classe C é tema de novelas e ganha espaço na programação”. A referência é do economista Marcelo Neri, p. 16.

⁷ Vide WORLD BANK, 2007 e WILSON; DRAGUSANU, 2008.

Quanto aos critérios “heurísticos” de **mensuração** das Classes, Neri (2012, p. 20) esclarece: “os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia”. O conceito de “média” usado diz respeito a uma situação intermediária entre dois “extremos” e já nos diz que a classe média do Brasil não é a mesma coisa que as classes médias dos países centrais (a Bélgica). Neri (2012), explicando sua metodologia, explica que a opção foi a de olhar para “toda a distribuição de renda e organizá-la sob a forma de estratos”. Assim, a metodologia se centra nos indicadores sociais baseados em renda per capita e tem como base os estudos de pobreza realizados no Brasil. Mesmo que em seguida as pesquisas passem a mobilizar outras dimensões (quais estoques de ativos, atitudes e expectativas etc.), o fio condutor da análise é sempre a renda por pessoa. Com base na métrica da renda, foi criado um índice de potencial de consumo, inspirado no “conceito de renda permanente criado por Milton Friedman em 1957” (NERI, 2012, p. 79).

Chegamos assim à definição do conceito de “classes” que é usado e construído por Neri (2012, p. 79, grifos nossos): “Em nossa pesquisa as pessoas **não são** pobres, ricas ou nova classe média, mas estão, ou não, nesses **estados** em diferentes instantes do tempo, quando as pesquisas representativas de toda a população vão a campo”. Assim, Neri (2012, p. 17) adverte com uma certa dose de ironia: “os sociólogos podem relaxar, pois não estamos falando de classes sociais (operariado, burguesia, capitalistas, etc.) mas de estratos econômicos. Leia-se dinheiro no bolso, que seria, segundo os economistas, a parte mais sensível da anatomia humana”. A classe média assim definida diz respeito então ao estrato de população composto pelas pessoas que ganham entre R\$ 1.200 e 5.140 mensais (em Reais de 2012). Se a metodologia assume a renda familiar como dado básico de referência, a inserção ou não na categoria classe média depende distribuição da renda total da família em renda per capita o que permite uma ponderação fina do real poder aquisitivo de cada pessoa⁸.

Contudo, Neri tem sim uma definição moral de classe média e mais em geral dos valores sociais vigentes.

Nova classe média não é definida pelo ter, mas pela dialética entre ser e estar olhando para a posse de ativos e para decisões de escolha entre o hoje e o amanhã. [...] Mais do que assíduos frequentadores de templos de consumo, o que caracteriza a nova classe média brasileira é o lado produtor (NERI, 2012, p. 18).

Uma definição moral um tanto contraditória com o individualismo metodológico que ele adotou como lastro explícito. Por um lado, a moral mobilizada é aquela tradicional, de origem corporativa, e que tem como referencia a “fábula de La Fontaine” para “distinguir as

⁸ A metodologia do Neri (2012) responde tecnicamente de maneira bastante eficaz a críticas – que compartilhamos em termos de horizonte político – mas não são adequadas ao deslocamento e, pois, não apreendeu a questão estratégica da renda. Vide por exemplo: “Acima de uma renda de R\$ 530 por mês aqui no Brasil, você é classe média. [...] o governo define que a classe média parte de 1.740 e vai até 8.000 de renda familiar mensal. O IBGE diz que renda uma família é composta em média de 3,3 pessoas. Então, [...] R\$ 1.740 dividido por 3,3 é igual a R\$ 527,27” (BAVA, 2012, p. 3).

formigas trabalhadoras das cigarras consumistas” (NERI, 2012, p. 79). Sabemos que o auge dessa ordem moral acabará se afirmando na retórica fascista e especialmente no tipo de “trabalhismo corporativo” que ela mobiliza, como podemos ler no busto de Getulio Vargas na escadaria da Prefeitura de Porto Alegre: “O trabalho dignifica o homem”, mas que também foi parar, de maneira sinistra, na portão de entrada de Auschwitz: “Arbeit Macht Frei”. Assim, o lado brilhante da base da pirâmide, segundo Neri (2012, p. 14) não é “o consumismo ou o otimismo (mas) o lado produtor, leia-se educação e trabalho”. Pelo outro, usando Thomas Friedman, Neri articula essa moral com uma visão de sociedade (com um tipo de sociologia) segundo a qual a classe média se define

como aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro. Essa fábrica de realização de sonhos **individuais** é o motor fundamental para a conquista das riquezas das nações. O combustível é o anseio de subir na vida, o lubrificante seria o ambiente de trabalho e de negócios (NERI, 2012, p. 80).

Nova Classe Média?

Por razões de espaço, não consideraremos aqui as críticas internas às abordagens de tipo estatístico e que se opõem ao regime discursivo da classe média no mesmo terreno “quantitativo”, por exemplo, dizendo que: “com uma capacidade de consumo de R\$ 17,57 por dia, (e)sses brasileiros não são classe média, são pobres que melhoraram um pouco de vida” (BAVA, 2012, p. 3). Um primeiro grupo de críticas aos discursos sobre a “nova classe média” brasileira tem como origem a sociologia (ou a economia política) de inspiração marxista ou, em geral, de “esquerda”. Nesse caso, a preocupação é de dizer e tentar demonstrar que o conceito de classe deve estar atrelado ao tipo de inserção que cada conjunto social tem na divisão social e técnica do trabalho. Assim, se Marcelo Neri (2012) diz explicitamente ter evitado “o uso de faixas de salário mínimo”⁹, é a partir dessas que o economista Marcio Pochmann (2012) organiza suas críticas ao regime discursivo sobre a “nova classe média”¹⁰. A preocupação aqui é apreender as transformações da base da pirâmide social brasileira sob o prisma do trabalho e de sua remuneração, contra as manipulações do “consciente da população em prol de seus próprios desejos mercantis, defendendo consumismo e negando a estrutura de classe na qual o capitalismo molda a sociedade” (POCHMANN, 2012, p. 7). Assim, a retórica de classe de rendimento (é) definida por Pochmann como sendo desprovida de qualquer sentido **estrutural**. A abordagem é diametralmente oposta à de Marcelo Neri: “em síntese: [...] não se trata da emergência de uma nova classe – muito menos de uma classe média” (POCHMANN, 2012, p. 8). O foco aqui é o fortalecimento do mercado de trabalho baseado na expansão do

⁹ Neri invoca duas razões para isso: (1) “o poder de compra do salário-mínimo tem mudado sistematicamente ao longo do tempo (e assim) o “uso do salário-mínimo falha em manter constante o poder de compra” (2) “o uso do salário-mínimo”. Em geral, não vem acompanhado de diferenciadores de custo da vida regional, conforme usado em nosso índice de classe econômica e de pobreza (NERI, 2012, p. 81).

¹⁰ O título do livro de Pochmann (2012) põe abertamente em dúvida a assertiva de Marcelo Neri.

setor se serviços, o que “significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal”. Por um lado, Pochmann (2012) reconhece que “as novas ocupações de serviços, absorvedoras de enormes massas humanas resgatadas da condição de pobreza, permitem **inegável ascensão social**”. Pelo outro, ele afirma com força que “o grosso da população emergente **não se encaixa em critérios sérios e objetivos** que possam ser claramente identificados como classe média” (POCHMANN, 2012, p. 10). A proposta de Pochmann (2012, p. 10) é de se enxergar os milhões de pessoas que conheceram uma certa mobilidade social como uma realidade sociológica com “as características gerais das classes populares”. Mais em geral, “tendo em vista a importância do emprego de baixa remuneração [...] o debate a respeito da definição da classe social no capitalismo – em particular a da classe média – assume maior complexidade”. Então, “em conformidade com a literatura internacional, esse segmento social deveria ser mais bem considerado na categoria de *working poor* (trabalhadores pobres), pois se trata fundamentalmente de ocupados de salário de base” (HERZ *apud* POCHMANN, 2012, p. 30).

A abordagem de Pochmann oferece uma outra e fundamental perspectiva a esse debate sobre a transformação da composição de classe no Brasil das últimas duas décadas. Em particular, suas análises indicam que a década de 2000 foi o teatro da expansão da presença dos postos de trabalho de até 1,5 salários mínimos mensal, com redução das vagas sem remuneração e de maior rendimento. O que as pesquisas em termos de faixas de rendimento apontam como emergência de uma grande massa de população em condições “médias”, as análises que privilegiam as relações de trabalho o enxergam como uma mobilização dos pobres. A mobilização dos pobres se traduziu em inegável melhora (com graus de ascensão vertical) e ao mesmo tempo indica profundas transformações do trabalho. Essas transformações tem o nome de terciarização (aumento absoluto e relativo do setor de serviços), terceirização (trabalho precário e temporário, trabalho doméstico, atividades autônomas etc.). Citaremos enfim como emblemático o fenômeno da multiplicação de “estabelecimentos sem a presença de um empregado sequer” (POCHMANN, 2012, p. 119).

Contudo, algumas das premissas teóricas e das conclusões nos parecem insuficientes, porque incapazes de dar conta das transformações políticas e sociais da década de 2000 e isso na medida que, na realidade, a “classe” da qual está se falando é pura e simplesmente uma determinação das relações de capital. Assim, por um lado, a “economia de baixos salários” tem um único determinante, ou seja, a “presença de força de trabalho sobrando às necessidades imediatas e de médio e longo prazo das atividades econômicas (privada e pública)” (POCHMANN, 2012, p. 123). Pelo outro,

tendo em vista o setor de serviços como principal fonte geradora de novas ocupações, compreende-se a reconfiguração de parte significativa da classe trabalhadora. Ou seja, a força dos novos segmentos da classe trabalhadora na base da pirâmide social brasileira nos impede de a identificarmos como uma nova classe social, muito menos como classe média no país (POCHMANN, 2012, p. 123).

A classe é totalmente determinada pela lógica da acumulação (ou da sub-acumulação) e, para reafirmar a pertinência de uma abordagem em termos de trabalho, Marcio nega que a classe trabalhadora seja (ou possa ser) “nova”.

Uma classe de “batalhadores”

Um terceiro grupo de pesquisas sobre a transformação social brasileira da última década privilegia uma abordagem sócio-antropológica fortemente inspirada em Pierre Bourdieu. Mais uma vez, encontramos uma crítica explícita ao regime discursivo e as pesquisas em termos de “Nova Classe Média”. Dessa vez não são os “trabalhadores”, mas os “batalhadores” brasileiros que vão permitir de formular a pergunta se estamos diante de uma “nova classe média ou (de uma) nova classe trabalhadora?” (SOUZA, 2010)¹¹. Jessé Souza enfatiza:

dizer que os ‘emergentes’ são a ‘nova classe media’ é uma forma de dizer, na verdade, que o Brasil, finalmente, está se tornando uma Alemanha, uma França ou uns Estados Unidos, onde as ‘classes médias’ e não os pobres, os trabalhadores e os excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social (SOUZA, 2010, p. 20).

O problema não é para Jessé que o regime discursivo e o projeto político-econômico seja mesmo de “homologar” o Brasil ao modelo social e moral das economias centrais, mas que se trataria de uma afirmação não verdadeira: “Nossa pesquisa empírica e teórica demonstrou que isso é, **mentira**” (SOUZA, 2010, p. 21). Uma mentira que diz respeito aos jogos que para Jessé são fundamentais, ou seja os jogos ideológico e simbólico. Por um lado, as mudanças são reais. Pelo outro, “são ‘mentira’ [...] porque essas mudanças reais são todas interpretadas de modo distorcido, sem conflitos e sem contradições”. O risco é de “naturalizar-se a sociedade tal como ela se apresenta” ao passo que é dessa maneira que se constrói a violência simbólica necessária para a sua reprodução infinita”. Contudo, o problema não está apenas nas “visões distorcidas” que vem da “direita”. A “esquerda” também, é “envelhecida e algumas vezes mais conservadora que os intelectuais orgânicos da nova dominação do capitalismo financeiro no Brasil” (SOUZA, 2010, p. 21). Com efeito, do lado da direita neoliberal, o problema está em “‘dizer’ que existem classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular a classe à renda. É isso que faz que os liberais digam que os ‘emergentes’ são uma ‘nova classe media’ por ser um estrato com relativo poder de consumo” (SOUZA, 2010, p. 22). Tampouco o “marxismo enrijecido não percebe [...] as novas realidades de classe porque as vinculam ao lugar econômico na produção e, engano ainda mais importante [...], a uma ‘consciência de classe’ que seria produto desse lugar econômico” (p. 22). Assim, a abordagem sociológica crítica os dois reducionismos economicistas, pois nenhum dos dois “percebe a gênese sociocultural das classes”. Isso porque em todas as sociedades “os indivíduos são produzidos ‘diferencialmente’ por uma ‘cultura de classe’ específica” (SOUZA, 2010, p. 22). A referência

¹¹ O objetivo prioritário da crítica é Souza e Lamounier (2010). Por sua vez, em termos empíricos, Souza e Lamounier têm como referência os estudos de Marcelo Neri.

aqui é Bourdieu (1979) e seus trabalhos sobre a “distinção”. O que interessa é apreender “a transferência de valores imateriais na reprodução das classes sociais e de seus privilégios no tempo” (SOUZA, 2010, p. 23). A composição das classes diz respeito aos estilos de vida, ou seja a algum capital cultural que inclui também algo como uma “herança” de outro tipo: “Essa herança de classe média, imaterial por excelência, é completamente invisível para a visão economicista dominante do mundo” (p. 24). As análises sociológicas, pois, devem levar em conta como as classe sociais se “apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico” (p. 25). Essa preocupação pela relação entre acumulação (econômica) e “violência simbólica específica” (p. 29) leva Jessé Souza a afirmar que o desenvolvimento capitalista no Brasil, ou seja o próprio processo de modernização, produziria “uma classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das condições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação” (p. 25, grifo do autor). Essa classe é a “‘ralé’ estrutural”. A “‘ralé’ se reproduz – afirma Jessé – como mero ‘**corpo**’, incapaz, portanto, de atender às demandas de um mercado cada vez mais competitivo baseado no uso do conhecimento útil para ele”. Mas a “ralé”, diz Souza, não é o antigo “‘lumpemproletariado’ marxista” (SOUZA, 2009, p. 23, grifos nossos). Por que? Porque, segundo suas análises do capitalismo contemporâneo, esse se caracterizaria hoje por mobilizar mão de obra que possui capacidades intelectuais que a “ralé” não tem. É isso que explica o gargalo, “noticiado durante todo o ano de 2008, quando o Brasil crescia velozmente, [...] de pessoas bem treinadas para a ocupação de novo empregos” (SOUZA, 2009, p. 23). A “ralé”, insiste Souza (2009, p. 24), é mera força muscular ou seja, mero “corpo”, algo cuja venda responde àquilo que acontece “na prostituição”. Então, a classe emergente, a nova classe segundo Souza, é aquela que se encontra entre a “ralé” dos excluídos e abandonados e as classes média e alta. “Ela é uma classe incluída no sistema econômico como produtora de bens e serviços, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços” que antes eram meros privilégios. Enfim, esses “emergentes que dinamizaram o capitalismo brasileiro na última década constituem [...] uma ‘nova classe trabalhadora brasileira’” (SOUZA, 2010, p. 26). Essa nova classe não é uma classe média, a “linguagem de seu corpo” é diferente: “a nova classe trabalhadora não participa desse jogo de distinção que caracteriza as classes alta e média” (SOUZA, 2010, p. 49).

Nenhuma das três abordagens aqui esquematizadas nos parece adequada, embora todas apresentem um grande interesse. Por que não são adequadas? Porque os conceitos de classe que mobilizam são fundamentalmente oriundos de um capitalismo e de uma relação entre “estado e sociedade” que no capitalismo contemporâneo não funcionam mais do mesmo jeito. Retomamos as três abordagens, na ordem inversa:

(1) Jessé Souza se esforça de definir – com a ajuda de Boltanski e Chiapello (1999) –, o “novo espírito do capitalismo”, mas falha profundamente em apreender as suas dinâmicas estruturais. E isso, sobretudo porque ele separa a “ralé” da “nova classe trabalhadora”. Por um lado, ele tenta opor ao conceito de “nova classe média” aquele de uma nova classe de batalhadores (trabalhadores). Pelo outro, ele separa essa classe como se fosse – de alguma maneira – um conjunto homogêneo distinto ao mesmo tempo das camadas mais qualificadas do trabalho intelectual e das camadas dos excluídos sem nenhum capital cultural ou intelectual (a “ralé brasileira”). A falha aparece em toda sua dimensão quando ele qualifica os limites

da ralé ao seu ser “mero corpo”. Ou seja, ele não vê, em primeiro lugar, que o capitalismo contemporâneo explora hoje o trabalho vivo e, em segundo lugar, que o corpo não se separa da mente. Ao contrário, mesmo que a condição da “ralé” seja terrível e dramática, ela possui uma potência – essa sim de tipo novo – pela centralidade que hoje o corpo tem e pelo fato de ser – antes de mais nada – corpo! Assim, ele não entende que o trabalho servil hoje não é nenhum fato da exclusão ou da permanência de formas arcaicas, mas diz respeito ao cerne do processo de um processo de acumulação que investe a subjetividade e, pois, a própria vida.

(2) Márcio Pochmann desenvolve talvez a abordagem mais adequada. Com sua operação de duvidar sobre a existência de uma nova classe média, ele foca o trabalho dos pobres (*working poors*) e sua relação com as novas e antigas formas de precariedade do emprego: trabalho temporário, trabalho doméstico, trabalho nos serviços, trabalho autônomo, trabalho informal. Não por acaso, Marcio cita a obra pioneira de Eder Sader (2010) que já na década de 1980 conseguia ver nessas formas precárias do trabalho a constituição de novas lutas e a entrada em cena de “novos personagens”. Mas, na medida em que o único sujeito da mudança é o capital, seu trabalho crítico não alcança as novas linhas de composição do trabalho e tampouco as novas formas de exploração e de luta. Sobretudo, Pochmann continua a fazer a distinção entre os pobres “incluídos” em alguma ocupação e os pobres “sobrantes” e, nesse sentido, não entende nem o novo modo de funcionar do capitalismo global (e de sua crise) e muito menos o horizonte das lutas dos pobres enquanto tais, enquanto pobres.

(3) As abordagens em termos de estratos de distribuição de renda são totalmente inadequadas para apreender a relação entre as transformações estruturais que eles observam e quantificam e as novas dinâmicas do trabalho. Mas essas análises são de longe as mais poderosas. A reverberação midiática e ideológica que elas encontram não explica, sozinha, seus impactos. Há duas razões que explicam a potência das pesquisas em termos de “nova classe média”. A primeira podemos encontrá-la nas premissas teórico-metodológicas invocadas por Souza e Lamounier (2010, p. 14): “A literatura internacional sobre estratificação social mostra que o fenômeno da classe social no sentido marxista dificilmente se configura no mundo atual”. Ou seja, eles assumem que no capitalismo contemporâneo (que eles definem curiosamente de “sociedades de massa”), “extratos homogêneos e com nítida consciência de si constituem eventos de baixa probabilidade” (SOUZA; LAMOUNIER, 2010, p. 14). Se Pochmann tenta refletir sobre os trabalhadores pobres e Jessé se esforça de manter um conceito de “classe trabalhadora” por meio dos “batalhadores”, Souza, Lamounier (e Neri) assumem a crise do conceito e da realidade da classe operária (ou seja a fragmentação do trabalho e a heterogeneidade de sua composição técnica) como o terreno sobre o qual construir suas noções de classe média. Com isso, eles trabalham concretamente sobre os processos de fragmentação que atravessam as relações de trabalho desde o segundo meado da década de 1970. A segunda razão é o fato de, em seguida, privilegiar a abordagem a partir fundamentalmente dos níveis (ou gradientes) de distribuição de renda. Diante da heterogeneidade e fragmentação da composição social, as análises a partir da renda funcionam como ferramentas eficazes para apreender as transformações estruturais da pirâmide social e tem uma grande força descritiva e operacional (em termos de políticas públicas e/ou estratégias eleitorais). Contudo, o esgotamento da noção marxiana de classe acaba se misturando mais com um desejo ideológico de pacificação social ao passo que as análises em termos de renda ficam presa das abordagens neoclássicas. A

reintrodução da fábula da cigarra e da formiga não consegue resolver o impasse ao qual leva a total ausência de uma reflexão sobre as transformações do trabalho, inclusive do ponto de vista de suas relações com o consumo.

Precisamos avançar por meio de uma reflexão sobre o que é hoje o trabalho e, a partir disso, sobre a relação entre trabalho e renda. Por meio disso – nos parágrafos a seguir – iremos além de cada uma das três abordagens e, ao mesmo tempo, poderemos articula-las entre elas. Por fim, a noção de classe que mobilizaremos não será nenhuma das três apresentadas acima. A “classe” que interessa, a única que consegue deslocar os impasses que encontramos, é aquela que cabe nas definições da historiografia thompsoniana ou nas teorizações operaistas italianas¹²: não a classe que luta porque existe (e pois, depende em sua existência do desenvolvimento do capital e de sua dialética salarial), mas a classe que existe porque luta (e portanto é primeira, constituinte).

REFERÊNCIAS

- BAVA, Silvio Caccia. Classe médias? **Le Monde Diplomatique Brasil**, p. 3, maio 2012.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **La distinction**. Paris: Ed. De Minuit, 1979.
- COCCO, Giuseppe. **Mundobraz: o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- DELEUZE, Gilles. **Différence et Répétition**, 11. ed. Paris: PUF, 2005.
- FIORI, José Luis. O desenvolvimentismo de esquerda. **Valor Econômico**, 29 fev. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/2547676/o-desenvolvimentismo-de-esquerda>.
- FOUCAULT, Michel. **Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France 1977-1978**. Paris: Gallimard, 2004.
- MENDES, Alexandre Fabiano. **Para além da “Tragédia do Comum”**: conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, UERJ, Rio de Janeiro, 2012.
- NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. Rio de Janeiro: FGV; Saraiva, 2012.
- NERI, Marcelo (Coord.). **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV; Centro de Políticas Sociais, 2010.
- POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- REVEL, Judith; NEGRI, Antonio. Inventare il comune degli uomini. **Uninomade 2.0**, 4 abr. 2011. Disponível em: <http://uninomade.org/inventare-il-comune-degli-uomini/>.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. 5ª reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos**, São Paulo, Cepbrap, n. 85, p. 83-102, nov. 2009.

¹² Para uma apresentação, vide Giuseppe Cocco, “Introdução” a Antonio Negri e Maurizio Lazzarato, *Trabalho Imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar. **A Classe Média Brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé (Org.). **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WILSON, Dominic; DRAGUSANU, Raluca. The expanding middle: the exploding world of middle class and falling global inequality. Goldman Sachs Economic Research. **Global Economics Paper**, New York, n. 170, jul. 2008.

WORLD BANK. **Global Economy Prospects 2007**: Managing the Next Wave of Globalization. Washington, D.C., 2007.